

Copyright © 2019 by Editora Autores Associados Ltda.

Todos os direitos desta edição reservados à Editora Autores Associados LTDA.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

A constituição brasileira de 1988 e as políticas públicas de esporte e lazer : produções em programas de pós-graduação / Hélder Ferreira Isayama, Luciano Pereira da Silva (org). – Campinas, SP : Autores Associados, 2019. – (Coleção Educação física e esportes)

Bibliografia.

ISBN 978-85-7496-435-5

1. Constituição - 1988 - Brasil 2. Lazer - Aspectos sociais 3. Políticas públicas 4. Projetos sociais
I. Isayama, Hélder Ferreira. II. Silva, Luciano Pereira da. III. Série.

19-29802

CDD-306.4812

Índice para catálogo sistemático:

1. Lazer : Práticas sociais : Mediação cultural : Sociologia

306.4812

IOLANDA RODRIGUES BIODE - BIBLIOTECÁRIA - CRB-8/10014

IMPRESSO NO BRASIL – NOVEMBRO DE 2019

Os textos publicados neste livro são de exclusiva responsabilidade dos autores que os assinam.

EDITORA AUTORES ASSOCIADOS LTDA.

Uma editora educativa a serviço da cultura brasileira

Av. Albino J. B. de Oliveira, 901 | Barão Geraldo

CEP 13084-008 | Campinas-SP

Telefone: +55 (19) 3789-9000

E-mail: editora@autoresassociados.com.br

Catálogo on-line: www.autoresassociados.com.br

Conselho Editorial "Prof. Casemiro dos Reis Filho"

Bernardete A. Gatti

Carlos Roberto Jamil Cury

Dermeval Saviani

Gilberta S. de M. Jannuzzi

Maria Aparecida Motta

Walter E. Garcia

Diretor executivo

Flávio Baldy dos Reis

Coordenadora editorial

Érica Bombardi

Preparação e revisão

Cleide Salme

Diagramação

Érica Bombardi

Capa e Arte-Final

Érica Bombardi

Imagem de Capa

ALFRIBEIRO/ISTOCK.COM.

FREEIMAGES.COM

abdr

Respeite o direito cultural
www.abdr.org.br/site/
denuncie a cópia ilegal

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	1
A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO AO ESPORTE NO BRASIL: CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO E O PRODUTO	7
Felipe Canan	
Fernando Augusto Starepravo	
AS EMENDAS CONSTITUCIONAIS E O (NÃO) LUGAR DO DIREITO AO LAZER	31
Bruno Modesto Silvestre	
Sílvia Cristina Franco Amaral	
LEI FEDERAL DE INCENTIVO AO ESPORTE: ANÁLISE DA DISTRIBUIÇÃO DO MECENATO ESPORTIVO NO TERRITÓRIO DE BELO HORIZONTE	51
Rafael Silva Diniz	
Luciano Pereira da Silva	
ESPORTE EDUCACIONAL E POLÍTICAS PÚBLICAS: AVANÇOS E LIMITES NO BRASIL DE LULA E DILMA	77
Nadson Santana Reis	
Fernando Mascarenhas	
AS POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE E LAZER DESENVOLVIDAS PELA DIVISÃO DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ANANINDEUA/PA	99
Cristian Rafael Silva Souza	
Carlos Nazareno Ferreira Borges	
TRINTA ANOS DO PACTO CONSTITUCIONAL E O "LUGAR" DO ESPORTE NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	123
Felipe Barbosa Passos	
Pedro Fernando Avalone Athayde	

- TELLES, V. S. *Direitos sociais: afinal do que se trata?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- TONDIN, G. *A formação dos educadores sociais de esporte e lazer no Programa Esporte e Lazer da Cidade – PELC – em Porto Alegre*. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- WEBER, M. *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Cultrix, 1989.
- WELLER, W. A contribuição de Karl Mannheim para a pesquisa qualitativa: aspectos teóricos e metodológicos. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 13, p. 260-300, jan./abr. 2005.
- WELLER, W. et al. Karl Mannheim e o método documentário de interpretação: uma forma de análise das visões de mundo. *Sociedade e Estado*, Brasília, DF, v. 17, n. 2, p. 375-396, dez. 2002.

O PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE E A PROMOÇÃO DO LAZER: A PERCEPÇÃO DOS BENEFICIADOS EM RELAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DA POLÍTICA PÚBLICA EM SÃO BERNARDO DO CAMPO¹

Evandro Brandão Secco

Edmur Antonio Stoppa

Introdução

Aqui lançaremos um olhar sobre o desenvolvimento do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), uma política pública de esporte e lazer promovida pelo Ministério do Esporte (ME) em parceria com o município de São Bernardo do Campo, São Paulo, por intermédio da Secretaria Municipal de Esportes e Lazer (SESP).

Os dados em evidência foram extraídos de um estudo de caso realizado em um dos dez núcleos do convênio PELC Urbano no referido município entre outubro de 2016 e novembro de 2018. O núcleo em questão foi implementado no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, região periférica da cidade, que fora reinaugurado em 2011, sendo então mantido pelo município, recebendo outras duas edições do PELC nas modalidades “Todas as Idades”, no biênio 2011/2012, e “Vida Saudável”, no biênio 2014/2015.

Pretendemos apresentar a percepção dos beneficiados sobre o desenvolvimento dessa política pública, exibindo dados relacionados ao perfil dos participantes, interesses, tempo disponível para participar das atividades, adesão a outros programas e a compreensão das diferenças

1 O presente texto é parte da dissertação de mestrado *O Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC) e a promoção do lazer: um estudo de caso no Centro Esportivo do Jardim Lavínia no município de São Bernardo do Campo*, defendida no Programa de Pós-Graduação em Atividade Física da Universidade de São Paulo (USP), em abril de 2019.

entre o PELC e os demais programas oferecidos no município, além da utilização do espaço fora do horário das oficinas.

Lazer e políticas públicas: considerações iniciais

A elaboração de políticas públicas pelos governantes, além de res- peitar a legislação vigente, tem relação direta com o programa de go- verno aqui eleito e defende os interesses do grupo político legitimado no sistema democrático. Ao avaliarmos a história das intervenções nesse campo, tornaram-se evidentes a perspectiva e o entendimento do concei- to defendido pelo governante em cada momento histórico, assim como os interesses e o destinatário final que as políticas públicas pretendem atender.

Relevante, no entanto, antes de investigarmos o presente tema, re- correremos às contribuições de Ruas (2014) para diferenciar os concei- tos de política pública (*policy*) e política (*politics*). A autora traz o en- tendimento de que política corresponde à atividade dos representantes políticos eleitos pelo povo, nos espaços específicos, tais como câmaras, assembleias, entre outros. Os resultados dessa atividade é que vão resul- tar na escolha, construção e implementação das políticas públicas, que, segundo a autora, são consideradas

a formulação de propostas, tomada de decisões e sua implementa- ção por organizações públicas, tendo como foco temas que afetam a coletividade, mobilizando interesses e conflitos. Em outras pala- vras, *policy* significa a atividade do governo de desenvolver políti- cas públicas a partir do processo da política (*politics*) [Ruas, 2014, p. 19].

Outro aspecto a ser apontado diz respeito ao fato de que o desen- volvimento de uma política pública compreende um ciclo, que se inicia na atividade política e se completa em sua avaliação. Frey (2000, p. 226, grifo nosso) indica que as fases desse ciclo partem da “percepção e de- finição dos problemas pelos governantes, ‘agenda-setting’ (discussão com a sociedade), elaboração de programas e decisão, implementação de políticas e, finalmente, a avaliação de políticas e a eventual correção da ação”.

Sabendo que a preocupação aqui é estudar uma política pública, ou seja, uma ação do governo, um segundo aspecto a ser considerado corresponde ao entendimento da diferença entre análise e avaliação das

políticas públicas. Serafim e Dias (2012) nos orientam para o fato de que a avaliação corresponde ao monitoramento realizado para avaliar o re- sultado da intervenção política, enquanto a análise da política pública é mais ampla e compreende os inúmeros fatores e elementos que dialogam desde a identificação do problema ser atacado com a criação da política, passando pela sua formulação, implementação e avaliação.

Entendemos que a competência para a avaliação efetiva da política pública em questão, o PELC, seja do órgão que a implementa, no caso o ME, atual Secretaria Especial do Esporte. Desse modo, pretendemos rea- lizar no presente estudo uma análise da política pública PELC, buscando identificar elementos que passaram desde o surgimento do problema que mobilizou a classe política a criar o programa até a sua execução em um núcleo de atividades.

Pinto (2008) apresenta uma linha histórica das políticas públicas de lazer no Brasil dividida em quatro momentos. O primeiro, entre as dé- cadas de 1930 e 1940, marcado pela implementação de uma legislação trabalhista que começou a olhar para o lazer enquanto um direito do trabalhador. Um segundo momento significativo surge nas décadas de 1960 e 1970, agora já em outro contexto, quando o lazer passa a ser um aliado do regime militar e assume uma característica funcionalista capaz de assegurar a estabilidade social.

Dois outros momentos significativos estão entre o fim do período da ditadura militar e a retomada da democracia, na década de 1980, e, por fim, uma nova concepção de lazer instaurada a partir dos anos 2000, com a criação do ME em 2003 e o crescente investimento no desenvolvimento de programas de promoção do lazer com abrangência nacional (PINTO, 2008).

Nesse contexto é que surge o PELC, fundamentado com base na Constituição Federal de 1988 e alinhado com o pensamento de trans- formação social por meio de participação popular. Conforme lembra um dos criadores do programa, nesse momento histórico prevalecia no país o entendimento do lazer como algo pertencente ao mercado, ou seja, algo para ser consumido como produto, afastando assim o entendimento do lazer como direito social.

Pois foi com a consciente e explícita intenção de reverter a lógica encontrada que o Programa Esporte e Lazer da Cidade, partindo do reconhecimento do lazer como direito social – e o que faz dele questão de Estado –, buscou expressar a vontade política de dar

à ação governamental o sentido e a direção de materialização do direito social aludido, oferecendo respostas à necessidade social por política de lazer apoiada no projeto histórico de emancipação humana [CASTELLANI FILHO, 2007, p. 7].

Ainda que o texto constitucional se apresente como documento maior do Estado brasileiro, e sabendo que é fundamental a observância de todos os preceitos nele contidos, em se tratando de direitos sociais, como vimos anteriormente, pelo fato de reunirem aspectos subjetivos e de difícil mensuração, o simples registro legal não assegura sua real efetivação. Sendo assim, foi preciso um movimento em conjunto dos governantes e da sociedade civil durante a elaboração e implementação dessas políticas públicas para assegurar e garantir o efetivo acesso aos direitos referidos.

Sobre a concepção de política pública, recorreremos às contribuições de Menicucci (2006, p. 137) ao considerar:

Em uma definição bastante simplificada, uma política pública diz respeito à ação das autoridades públicas na sociedade, referindo-se àquilo que os governos produzem, para alcançar determinados resultados, através de alguns meios. Nessa concepção, políticas públicas remetem a um conjunto de ações para implementar aquelas decisões.

Segundo Marcellino (2008), embora a garantia do lazer enquanto direito social, resguardada na Constituição Federal, seja significativa, ela ainda carrega uma série de vícios assistencialistas que permearam os governos ao longo dos anos no Brasil. O autor lembra um aspecto que ainda interfere negativamente no desenvolvimento de uma política pública de lazer no país, qual seja, o fato de que esse evento sempre teve seu espaço vinculado e dependente de outros setores, como esporte, cultura, assistência, segurança, entre outras. A falta de autonomia e de autossuficiência para dialogar em igualdade de condições com as demais esferas do serviço público conferiu-lhe um caráter essencialmente funcionalista.

Para o autor, é indispensável que, além de fundamentada na Constituição Federal, uma política pública de lazer seja construída de forma autônoma, interdisciplinar e, principalmente, valorize a intersectorialidade e a integração com as diferentes áreas de atuação do serviço público. Marcellino (2008) acrescenta ainda que é necessário ampliar o

entendimento de lazer, recebendo contribuições de outros setores da sociedade. Nesse sentido, o autor ressalta a importância dos municípios na construção desse novo entendimento.

Tudo o que dissemos aponta para a necessidade de o poder público municipal estabelecer – em conjunto com os executivos estaduais e federais – políticas setoriais de lazer, valendo-se da ampla discussão com setores representativos da população, convivendo com e valorizando iniciativas espontâneas, privadas e de setores públicos não governamentais. Conviver e valorizar não significam institucionalizar, o que, na maioria das vezes, representa a assinatura de seus atestados de óbito [MARCELLINO, 2008, p. 26].

Em estudo específico sobre as políticas públicas de lazer, Menicucci (2006) entende que sua não regulamentação expressa na Carta Constitucional abre um campo enorme de possibilidades para a forma de seu desenvolvimento. Em outras palavras, a inexistência de regras preestabelecidas dá margem à construção de uma política pública alinhada com as necessidades sociais locais, respeitando, assim, o interesse de cada região/comunidade.

A indefinição constitucional, ao deixar em aberto a questão da regulamentação do direito ao lazer por meio de uma não decisão, tem fortalezas e debilidades, pois ao mesmo tempo que gera ambiguidades e diferenciações nas ações governamentais voltadas para o lazer que estão sendo desenvolvidas, propicia, por outro lado, um amplo espaço para criatividade e inovação [MENICUCCI, 2006, p. 160].

Marcellino (2008) apresenta os subsídios para a construção de uma política pública de lazer ressaltando a importância de se atentar para os diferentes aspectos que estão associados ao tema, especialmente a necessidade de partir do entendimento amplo do lazer, assim como considerar o seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de participação cultural, levando em conta também as barreiras socio-culturais que se opõem a ele, bem como os limites da administração pública governamental.

Assim, estudar e refletir sobre as diferentes concepções e conceitos, tanto no campo ideológico quanto na prática, é uma tarefa a ser desenvolvida não só por estudiosos, mas também por todos aqueles que se propõem fomentar e promover políticas públicas de lazer. Um aspecto

fundamental, que não se pode subtrair a esse debate, diz respeito à importância da promoção de processos educativos que possibilitem a democratização cultural do lazer por meio do aprendizado dos seus diferentes conteúdos e da reflexão sobre suas diversas peculiaridades.

Assim, é importante que as pessoas possam desenvolver suas ações no lazer, vivenciando experiências nos diferentes conteúdos. No entanto, para a democratização cultural do lazer, é necessário o desenvolvimento de processos educativos junto aos indivíduos, de modo que possam servir de estímulo e aprendizado para os mesmos, ofertando melhor conhecimento dos conteúdos culturais do lazer, desenvolvendo as atividades no tempo disponível, aumentando a possibilidade de livre escolha, uma vez que, quanto maior o grau de conhecimento capaz de permitir a opção, mais verdadeira essa opção será [STROPPIA, 2011, p. 23].

Ainda que a Constituição Federal indique uma responsabilidade compartilhada quanto ao direito ao esporte e ao lazer, concordamos com Capi (2016) que a responsabilidade primeira pela implementação desses processos educativos ainda é do Estado, que deve assumir o papel de liderança na universalização de programas que efetivem os direitos sociais para todos os seus tutelados, em oposição à lógica do sistema que subtrai os direitos dos menos favorecidos.

Entendo que o papel da política pública ao ser tratada como política social é de consolidar a cidadania, cujos objetos são os direitos sociais, que, diferentemente dos direitos civis e políticos, somente são efetivados por meio da ação positiva do Estado em direção da universalização dos programas de ação sem privilegiar os grupos detentores do poder [CAPI, 2016, p. 61].

Por fim, acreditamos que o Estado, no que tange ao desenvolvimento das políticas públicas de lazer, deve considerar os elementos específicos do conteúdo lazer e esporte recreativo, mas deve também assegurar a autonomia e a participação dos envolvidos, assim como promover a interdisciplinaridade e a intersetorialidade, atuando de forma integrada com as demais áreas do conhecimento, assegurando o princípio da inclusão, fundamentando suas ações mediante o duplo processo educativo do lazer e almejando a transformação na direção da ampliação do acesso e permanência ao direito social ao lazer.

O Programa Esporte e Lazer da Cidade

O PELO é uma política pública de lazer e esporte recreativo desenvolvida pelo governo federal, por intermédio do ME, que prevê a destinação de recursos financeiros e conhecimentos técnicos para demais governamentais, instituições públicas ou privadas sem fins lucrativos. Foi criado no ano de 2003 com o objetivo de suprir a carência e a desigualdade de acesso ao direito social ao lazer e ao esporte recreativo vivenciadas por grande parte da população brasileira.

Ao longo de sua existência, o PELO apresentou diferentes formatos e possibilidades de desenvolvimento, mas ainda assim manteve em todas as edições um conceito que é a sua marca: a presença de diretrizes e objetivos bem definidos. Outro aspecto determinante dessa política pública é a preocupação em fomentar uma ação educativa com o compromisso de promover a transformação social considerando as manifestações que comumente ocorrem nos momentos de lazer, nas mais diferentes comunidades do nosso país, democratizando o acesso ao lazer e ao esporte recreativo (BRASIL, 2017).

A preocupação em ampliar o acesso ao direito ao lazer possibilitou ao programa realizar parcerias com diferentes entes e entidades, públicos e privados, para descentralizar recursos e beneficiar pessoas em todo o território nacional. Para assegurar esse atendimento, defendeu o aprimoramento da intersetorialidade e do controle social, considerando principal justificativa para o seu desenvolvimento:

a conscientização por parte das entidades parceiras acerca da importância do investimento nas políticas públicas de esporte e lazer, no sentido de contribuir para que elas avancem do atual estágio de política de um Governo para a dimensão mais ampla – a de política de Estado [BRASIL, 2017, p. 5].

O trabalho com as entidades parceiras e o desenvolvimento descentralizado do lazer são objetivos específicos do programa que, apesar de sofrer atualizações para atender às necessidades e desafios que se apresentavam a cada edital, manteve uma estrutura consistente com diretrizes gerais bem definidas. Para alcançar seus objetivos, o programa estruturou seu trabalho em três iniciativas fundamentais, que abordaremos ao longo do texto com maior atenção:

- 1 a implementação e desenvolvimento dos núcleos de esporte recreativo e lazer;
- 2 a formação continuada de gestores de esporte recreativo e lazer; e
- 3 o monitoramento e avaliação da política de esporte e lazer de forma continuada (BRASIL, 2017, p. 7).

O desenvolvimento realizado nos núcleos de esporte e lazer tem por principal característica promover o lazer de acordo com o desenvolvimento de seus diferentes interesses e conteúdos culturais, como os físico-desportivos; com a difusão de práticas corporais, como ginástica, caminhadas, alongamentos; dos interesses sociais por meio de rodas de conversa, práticas coletivas; dos interesses intelectuais, mediante rodas de leitura, jogos de mesa, palestras, entre outras possibilidades; assim como dos interesses manuais e artísticos, que são abordados a partir da implementação de atividades e oficinas diversificadas, como as de artesanato, dança, sustentabilidade, entre outras (BRASIL, 2017).

Outro aspecto que caracteriza o programa diz respeito a um rol de diretrizes que norteiam o trabalho dos agentes sociais de esporte e lazer nos núcleos, direcionando o processo pedagógico das ações educativas por meio da auto-organização comunitária, o trabalho coletivo, a intergeracionalidade, o fomento e a difusão da cultura local, o respeito à diversidade, a intersetorialidade e a municipalização (BRASIL, 2017).

Além do desenvolvimento do trabalho nos núcleos mediante oficinas e atividades assistemáticas, um elemento que marca o desenvolvimento do programa é a política de formação continuada de gestores municipais de esporte e lazer. Secco e Stoppa (2017), em estudo sobre a formação de líderes comunitários do PELC no Centro Esportivo do Jardim Lavínia, identificaram elementos significativos do desenvolvimento dessa formação com membros da comunidade, revelando certa autonomia na utilização do espaço.

As considerações ora apresentadas, pertinentes ao desenvolvimento da política pública PELC, no entanto, só podem ser efetivadas com a implementação do trabalho nos núcleos com a população. Analisar o trabalho em um desses núcleos é a tarefa aqui pretendida, entendendo a complexidade e a abrangência da intervenção, porém não pretendemos apresentar um retrato final do objeto de estudo, pelo contrário, buscaremos levantar pontos para a reflexão e elementos que possam, de certa

forma, contribuir com o aperfeiçoamento do programa e da política pública como um todo.

Caminhos metodológicos da pesquisa

O presente texto se estrutura a partir de uma pesquisa realizada em um dos núcleos do PELC no município de São Bernardo do Campo. O núcleo localiza-se no Bairro Jardim Lavínia, região periférica do município.

O método de pesquisa aplicado é o estudo de caso, que, conforme nos orienta Bruyne, Hermam e Schoutheete (1991), permite um estudo em profundidade de um caso particular, ou seja, uma análise intensiva buscando reunir o máximo de informações de determinado fenômeno ou situação relevante. Para se efetivar, esse método faz uso de diferentes técnicas, tais como a observação participante, entrevistas, análise de documentos, entre outros.

A justificativa para a escolha do local enquanto objeto de estudo passa pela relação pessoal de um dos pesquisadores com o equipamento esportivo, mas também apresenta outras características que permitem conferir relevância à pesquisa. Entre elas, destacamos o fato de que o município de São Bernardo do Campo pactuou diferentes convênios para a implantação de núcleos de esporte e lazer do PELC. No momento da realização da pesquisa, havia um convênio em vigência atendendo a dez núcleos de atividade, sendo um deles o local escolhido.

Além disso, é relevante ponderar que o equipamento esportivo passou por reforma e foi totalmente requalificado e entregue à população com o início dos trabalhos de uma equipe do PELC, coordenada naquele momento por um dos pesquisadores. Após essa primeira intervenção, duas outras ainda foram realizadas no espaço, possibilitando, assim, uma relação próxima da comunidade com os princípios e diretrizes do programa.

Verificar a aderência e a permanência dos valores preconizados pelo PELC enquanto política pública de esporte e lazer foi o principal objetivo da pesquisa, que investigou o impacto da atual intervenção do programa na rotina do equipamento esportivo avaliando as relações que se estabeleciam no local. Para esse fim, realizamos pesquisa de campo com participação de gestores e beneficiados.

Assim, apresentamos uma pesquisa descritiva (GIL, 2008), composta de estudo bibliográfico, documental e empírico (SEVERINO, 2007), com

realização de observação participante (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) e entrevistas semiestruturadas (TRIVIÑOS, 1987) com os beneficiários do programa. A definição de amostra de pesquisa deu-se de forma não probabilística (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991) e intencional, em relação ao local a ser estudado, aos documentos analisados. Para a realização da entrevista semiestruturada com os frequentadores do espaço público inscritos no programa, a definição de amostra se deu por saturação (MAGNANI, 2003).

A pesquisa bibliográfica, fundamental na primeira etapa do trabalho, foi desenvolvida mediante levantamento de informações em diferentes obras produzidas no campo dos estudos do lazer, identificando o trabalho com os seguintes termos-chave, utilizando os descritores da saúde (DeCS): atividades de lazer; política pública; participação da comunidade. A bibliografia foi levantada no sistema de bibliotecas da USP e da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), bem como em sites específicos de busca no sistema de computadores da rede mundial, tais como Google Scholar, banco de Teses da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), entre outros.

Após essa primeira etapa, as obras foram selecionadas e a leitura aprofundada pelas análises textuais, temáticas, interpretativas e problematização (SEVERINO, 2007). No decorrer da pesquisa, outras obras foram estudadas e novas contribuições foram incorporadas, na medida em que apresentaram considerações relevantes ao tema estudado, sempre no intuito de oferecer subsídios para se discutir os conceitos de promoção do lazer, política pública e PELC.

A pesquisa documental (SEVERINO, 2007) foi realizada de modo que fosse possível identificar elementos relacionados ao tema nos textos governamentais, em específico no âmbito federal, tais como as diretrizes do PELC, os documentos institucionais que fundamentam as ações do programa e, também, as recomendações para implantação, execução e avaliação da política pública. Entre os documentos avaliados, consideramos como essenciais a Constituição Federal de 1988 e o documento que implementa a política nacional de esporte e as diretrizes do PELC (BRASIL, 2017).

A combinação das pesquisas bibliográfica, documental e empírica, buscando a maior quantidade possível de informações e dados sobre o tema, possibilitou melhor entendimento e compreensão do fenômeno social em foco. Todo o processo realizado remete às contribuições

de Triviños (1987), que apresenta a técnica de triangulação na coleta de dados e como ela pode ser relevante em estudos como com essa característica.

A técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macrorrealidade social. Tais suportes teóricos, complexos e amplos, não tornam fáceis os estudos qualitativos [TRIVIÑOS, 1987, p. 138].

A interpretação dos dados obtidos estruturou-se com base nas contribuições de Bardin (2011), que pressupõe a técnica de análise de conteúdo organizando o conhecimento em três etapas fundamentais: a pré-análise dos dados, ou seja, sua organização, escolha e classificação; a exploração do material, que consiste em aplicar ao conteúdo coletado a análise predeterminada; e, por fim, o tratamento dos resultados, a inferência e interpretação, confrontando e buscando validar ao máximo todas as informações resultantes.

Diante dos dados coletados, tomando como base as discussões realizadas na revisão de literatura e pesquisa documental, elaboramos as categorias de análise definidas para a discussão e interpretação dos dados:

- o entendimento do lazer e suas possibilidades educativas e de transformação social;
- o entendimento do lazer enquanto política pública, abordando as relações de utilização do espaço, democratização do acesso, validade e efetividade das iniciativas governamentais;
- percepção e valorização do lazer enquanto direito social;
- desenvolvimento do PELC, seus objetivos e diretrizes, assim como sua forma de desenvolvimento; e,
- a percepção dos beneficiados sobre o desenvolvimento do programa, suas características e relação com a promoção do lazer.

A análise do conteúdo obtido mediante registro no caderno de campo, das entrevistas realizadas e da pesquisa bibliográfica, foi organizada dentro de uma ordem cronológica de observação e coleta e sistematizada

dentro dos princípios e diretrizes presentes nos documentos norteadores do PELC, procurando extrair os diferentes significados auferidos das ações e fala dos beneficiados de acordo com as ações desenvolvidas no núcleo estudado.

Por fim, destacamos que todos os procedimentos éticos foram seguidos, sendo o projeto aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP, com parecer cadastrado na Plataforma Brasil sob o número 1.964.998.

A percepção dos beneficiados sobre a política pública

O processo de entrevistas durou seis meses e se deu por adesão voluntária dos participantes matriculados nas diferentes oficinas oferecidas no local. Ao todo, participaram do processo 76 beneficiados, cada um com história e pontos de vista específicos sobre as questões abordadas. Desse modo, apresentamos uma síntese dos dados coletados nas entrevistas, propondo uma reflexão acerca dos documentos norteadores do programa e do referencial teórico que subsidiou a pesquisa.

O primeiro aspecto relevante da pesquisa diz respeito à faixa etária dos participantes. A maior parte, 51 dos 76 entrevistados, possuía idade entre 50 e 70 anos, e o restante encontrava-se entre 30 e 50 anos ou acima dos 70. Tal panorama também foi observado em outras edições do programa. Acompanhando o envelhecimento geral da população brasileira no município de São Bernardo do Campo, a procura por atividades físicas e de lazer tem sido cada vez mais constante por pessoas de meia e terceira idade.

Em relação ao tempo dedicado à prática de uma atividade ou adesão a um programa de lazer, a pesquisa não se preocupou em investigar em detalhes a ocupação do beneficiado, mas sim em saber se exercia ou não atividade laboral e, em caso de resposta positiva, qual horário. Do total de 66 entrevistados, 56 afirmaram não exercer nenhuma atividade laboral, sendo que, desse universo, 4 se declararam desempregados, 18 disseram ser aposentados e os demais 34 não complementaram a resposta.

O primeiro aspecto a se considerar é que, sabendo que o programa oferece a maioria de suas atividades no período diurno, em horário comercial, é possível justificar o número reduzido de pessoas que trabalham e frequentam as oficinas. Ainda assim, dos 20 entrevistados que trabalham, 10 informaram que possuíam horário flexível, 4 disseram

que trabalhavam somente meio período e os demais relataram trabalhar eventualmente ou em casa.

No que tange à adesão e ao tempo de permanência nas atividades oferecidas no espaço, sabendo que o local já foi palco de três intervenções do PELC e em seus intervalos havia a manutenção de atividades por meio de cursos e oficinas mantidas pela secretaria de esportes do município, o número de pessoas que participam a mais de três anos é significativo. Mais da metade, 46 beneficiários, já frequentava o espaço antes mesmo da última edição do PELC, e 22 dos 66 participantes afirmaram frequentar o local desde a sua reinauguração, no ano de 2011.

Trata-se de um percentual considerável de pessoas que passaram por diferentes convênios e ainda continuavam a frequentar o espaço. É importante lembrar que a municipalização das atividades faz parte das diretrizes do PELC, uma vez que a proposta inicial do ME consiste em fomentar a participação e o acesso às práticas do lazer e do esporte recreativo e, ao fim do convênio, transferir ao município a continuidade às ações, isso à medida que a comunidade local avalie as ações como necessárias e havendo disponibilidade de recursos municipais para custear a continuidade (BRASIL, 2017).

Em relação ao número de dias por semana que cada entrevistado frequenta o espaço, cabe informar, de início, que no local aconteciam concomitantemente duas intervenções. Uma promovida pelo ME, o PELC, e outra promovida pela SESP. A participação nas duas ações era permitida e as atividades oferecidas no local envolviam ginástica, alongamento, caminhada, dança, *tai chi chuan* e artesanato.

Ainda assim, com uma grade de atividades nos períodos da manhã, tarde e noite, todos os dias da semana, foi possível perceber uma baixa adesão em termos quantitativos dos beneficiados. Dos entrevistados, 41 frequentavam o espaço duas vezes na semana e 30 frequentavam mais de três vezes. Tal número pode estar associado à adesão apenas ao PELC, visto que no local as oficinas oferecidas por esse programa aconteciam apenas às terças e quintas-feiras.

No entanto, a maior parte dos entrevistados, cerca de 60%, afirmou interesse em participar de mais atividades, mas não a faziam, mesmo dispondo de tempo para tal. Entre as respostas dos participantes, observamos que os beneficiários solicitavam o desenvolvimento de atividades diferenciadas, ou seja, eles identificavam uma massificação da oferta de atividades corporais em detrimento de atividades que pudessem

contemplar outros conteúdos do lazer, de forma que fosse possível exercitar outras questões relacionadas a raciocínio, a habilidades manuais, entre outras opções.

Importante resgatar nesse momento as contribuições de Bernet (2005), Marcellino (1987, 1990) e Melo (2003), sobre a importância de se pensar na ampliação do repertório de atividades possíveis para uma intervenção no campo do lazer, buscando estabelecer relações com os diferentes interesses culturais, superando a tendência observada no local em oferecer a maioria das atividades dentro da perspectiva da atividade física para a promoção da saúde.

Esse movimento de ampliação cultural deve estimular a reflexão dos próprios gestores públicos a fim de que, no momento da construção da grade horária de atividades, busquem assegurar maior diversificação destas, contemplando o leque de conteúdos culturais do lazer. É necessário também promover um processo educativo, de acordo com Bernet (2005) e Marcellino (1987, 1990), com os frequentadores do espaço para que experimentem novos conteúdos e vivências, especialmente o público idoso, como adverte Melo (2003, p. 70):

Já que estamos encarando as atividades de lazer fundamentalmente dimensionadas no campo da cultura, devemos estar alertas para que os programas com os idosos não se resumam ao oferecimento e estímulo a prática de atividades físicas. O lazer é um campo multidisciplinar e devem ser encaminhadas atividades ligadas aos mais diversos campos possíveis, às mais diversas “linguagens”.

Sabendo que boa parte do público atendido no Centro Esportivo do Jardim Lavínia se enquadra nessa faixa etária, entre os pontos principais destacados pelo autor, é preciso considerar a importância do trabalho intergeracional, para não isolar ainda mais o idoso do restante da sociedade, assim como superar a tradicional oferta de atividades físicas e a ilusão, de acordo com Melo (2003), de que apenas esse conteúdo seja suficiente para atender às necessidades desse segmento.

Retomando o levantamento de informações com os beneficiados, ao questionarmos sobre se os entrevistados conheciam o equipamento antes do início do PELC, 71% deles afirmaram que sim, esclarecendo ainda que já participavam das atividades antes mesmo da chegada do programa. No entanto, vários foram os depoimentos afirmando que perceberam mudanças significativas com a equipe de trabalho vinculada ao ME.

Um dos principais aspectos apresentados como relevantes foi a oferta de novas atividades e oficinas, contemplando diferentes horários e faixas etárias. Outro aspecto lembrado por alguns entrevistados corresponde à metodologia de atuação dos educadores. A percepção de que o PELC, diferentemente do programa regular oferecido pela Sesp, prevê momentos de maior integração e socialização desperta e cativa alguns dos entrevistados.

Um ponto interessante perceptível na pesquisa reside no fato de que, mesmo os participantes percebendo diferenças entre os programas, mesmo percebendo a existência de um programa diferente no local, eles não conseguem explicitar a razão pela qual houve a ampliação de atividades, tampouco sabem por que existe o programa no local. Tal constatação revela um sintoma preocupante, pois consta nas diretrizes do PELC o trabalho de divulgação das ações na comunidade durante todo o processo de intervenção, desde a preparação, apresentando o sentido e o porquê de o programa estar naquele lugar, seu desenvolvimento e continuidade após o término do convênio. Essas informações, porém, não chegaram a mais da metade dos participantes entrevistados.

Apenas 27 dos entrevistados responderam positivamente sobre os motivos de o PELC ocorrer naquele espaço, e ainda assim a maioria associou o programa como uma possibilidade de oferecer mais oficinas e aulas de ginástica para a população, recorrendo à tendência natural de justificar a oferta de atividades físicas ao entendimento de promoção da saúde e qualidade de vida da população.

Ainda que os temas acerca da qualidade de vida e da saúde sejam fundamentais no debate sobre políticas públicas, especialmente quando tratamos daquelas que trabalham com atividades físicas de forma sistêmica, torna-se preocupante a reiterada repetição dessa justificativa como fundamento de um programa que, em essência, é um de lazer e não de promoção da saúde. Mesmo sabendo que o PELC, em seus documentos estruturantes, contempla os princípios e diretrizes da promoção da saúde, seu objetivo final é promover o lazer, mas na fala de alguns beneficiados isso não se mostra com clareza.

Poucos participantes relataram saber da origem do programa e demonstraram dificuldade em afirmar que se tratava de uma iniciativa do governo federal em parceria com o município, pois a maioria, 64%, afirmaram não saber o motivo de o PELC acontecer naquele espaço. Relevante apontar a fala de um dos entrevistados, que afirmou que “vestia a camisa do programa”, mas não sabia o motivo.

Nesse ponto, convém destacar a responsabilidade dos gestores locais perante a falta de conhecimento dos beneficiados sobre a política pública da qual participavam. Importante salientar que tal informação deveria ser conhecida por todos os participantes, visto que, por se tratar de um programa que tem prazo determinado para seu desenvolvimento, com recursos destinados e finalidade específica, ao se matricular, acreditamos que a primeira informação a ser transmitida ao interessado deveria ser o motivo de o programa estar acontecendo naquele espaço. Assim, consideramos que esse aspecto deve ser repensado pelos gestores municipais, atentando à divulgação da origem dos recursos e finalidade do programa no local.

As próximas duas questões tratavam da participação em dois ou mais programas com finalidade semelhante dentro do município, ou até dentro do mesmo equipamento público. A primeira questão verificou a participação do entrevistado nesses programas, e a segunda buscou extrair a percepção sobre diferenças entre as iniciativas. Em relação ao questionamento se participava de outros programas, 25 beneficiários responderam que sim, que participavam de mais de um programa. No entanto, a maioria do grupo entrevistado, 51 beneficiários (67%), afirmou que participava apenas das atividades promovidas pelo PELC.

Dos 25 entrevistados que responderam afirmativamente sobre a participação em outros programas, 6 afirmaram frequentar o programa de ginástica oferecido pela prefeitura e/ou Sesp no mesmo local. Os demais entrevistados afirmaram participar de outras ações e/ou programas realizados em outros centros esportivos ou espaços municipais, tais como a participação na modalidade de voleibol adaptado, práticas corporais orientais, hidroginástica, entre outros.

Em relação aos beneficiários que afirmaram não participar de nenhum outro programa, ou seja, um total de 51 participantes, apenas 5 deles afirmaram voluntariamente não saber da existência de outros programas semelhantes no município. Ainda, 22 participantes relataram conhecer a existência de outros programas, mas não participavam no momento, frequentando apenas as oficinas do PELC.

Feito o levantamento da informação dos beneficiários que participavam ou pelo menos sabiam que existiam programas e iniciativas semelhantes ao PELC no município, o questionamento seguinte foi sobre a percepção das possíveis diferenças entre esses programas. Neste aspecto, 46% dos entrevistados afirmaram que existia diferença entre o PELC e os

demais programas, 36% afirmaram não saber responder e 18% acreditavam que não existia diferença, sendo todos os programas iguais.

Da totalidade de entrevistados que responderam entender que o PELC se diferenciava dos demais programas, parte deles justificou as diferenças com aspectos já abordados em outras questões, como a realização de eventos, a possibilidade de atender a diferentes idades, a forma como o agente interage com as pessoas, o entendimento de que o PELC trabalhava mais próximo ao campo do lazer, a possibilidade de participar das atividades com familiares e, por fim, foi apresentado como diferença até mesmo o modo de contratação dos profissionais.

É relevante considerar que o que torna o PELC um programa diferenciado dos demais programas oferecidos na cidade, segundo relato dos entrevistados, são elementos que constam em suas diretrizes, tais como a realização de eventos, o trabalho intergeracional, o caráter recreativo das oficinas, o trabalho coletivo, entre outros (BRASIL, 2017).

Evidentemente, perceber as diferenças entre o PELC e os demais programas oferecidos pelo município não é tão simples, já que as pessoas dificilmente têm acesso aos documentos que estruturam tais ações, quando eles existem. É comum que os interessados se inscrevam em determinado curso ou oficina e participem das atividades visando a seu aperfeiçoamento. No caso específico do PELC, está previsto nas diretrizes que o seu conhecimento e fundamentos sejam compartilhados com os participantes, especialmente na figura do conselho gestor.

O conselho gestor do PELC deve ser implementado em cada um dos núcleos de atividade e, no caso de municípios que recebem mais de um núcleo, como São Bernardo do Campo, deve-se instituir ainda um conselho gestor do programa, com representantes de cada um dos conselhos de núcleo.

Esse tema também foi objeto da pesquisa, sendo perguntado aos entrevistados se eles participavam ou não do conselho gestor local. O resultado apontou que uma ampla maioria, 69 beneficiários, ou seja, 91%, não participava desse espaço promovido pelo programa. Desse quantitativo, apenas 7 beneficiários declararam voluntariamente ter conhecimento da existência do conselho e optaram por não participar, as demais não manifestaram conhecimento a respeito.

É difícil mensurar um número ideal de representação para o desenvolvimento do conselho gestor, visto que não existem informações sobre esse quantitativo nos documentos que subsidiaram o PELC, e tampouco os

formadores e técnicos estipulam um valor. No entanto, merece ser objeto de reflexão o desconhecimento do tema para a maioria dos participantes, mesmo sabendo que tal instrumento é parte relevante e obrigatória do desenvolvimento do programa.

Conforme apontam as diretrizes do PELC, o conselho gestor do espaço esportivo, além dos representantes dos beneficiados, deve ser composto de representantes de entidades parceiras, entidade de controle social, agentes sociais, coordenadores de núcleo e pedagógico e representantes da entidade convenente, no caso o município. Sobre a periodicidade das reuniões, as diretrizes sugerem encontros mensais ou bimestrais, de acordo com a realidade local (BRASIL, 2017, p. 19-20).

A questão que se segue aborda exatamente a utilização ou não que as pessoas fazem do centro esportivo fora dos horários em que estão matriculadas para cursos. Lembrando que, por se tratar de um programa de promoção do lazer e do esporte recreativo, é papel do PELC estimular a autonomia na utilização do espaço, de modo que a democratização deste permita ampliar as possibilidades de acesso e permanência no lazer, inclusive nos momentos em que não ocorrem oficinas. De fato, verificamos certo equilíbrio entre a participação ou não nos horários alternativos às oficinas, porém com uma ligeira vantagem no número de pessoas que não utilizam o espaço fora dos horários tradicionais das oficinas do PELC.

Em termos quantitativos, 36 beneficiários (47%) afirmaram utilizar o equipamento esportivo fora dos horários das oficinas do PELC, enquanto outros 40 (53%) relataram a não utilização do espaço em horários alternativos a sua oficina. Diante dessa constatação de que a maioria dos participantes não utiliza o espaço fora dos horários das oficinas, somos conduzidos a diversos pontos de reflexão.

O primeiro aspecto tem relação direta com o espaço físico: um campo de futebol, equipamento específico (MARCELLINO, 1983) para essa prática esportiva, que mesmo abrigando um salão multiuso que recebe durante a semana diferentes oficinas monitoradas de práticas corporais, não deixa de ser um espaço destinado especificamente ao futebol, principalmente aos fins de semana, quando acontecem jogos de campeonatos amadores da cidade.

Nos fins de semana, geralmente o salão fica fechado e os frequentadores do campo também não vislumbram muita funcionalidade para esse espaço, salvo para realizar festas ou atividades comemorativas, o que não é permitido pela administração. Assim, sem a presença de um agente

facilitador, o espaço do salão não é usado, pois não possui equipamentos, brinquedos ou aparelhos para uso individual.

Ponderando sobre esse contexto, novamente é preciso retomar o papel do PELC em estruturar suas atividades com o compromisso de olhar e superar esse tipo de dificuldade, modificando tal cenário, visto que, por se tratar de uma política pública de promoção do lazer, oferecer uma programação que contemple atividades aos fins de semana possibilitaria acesso a um grupo de pessoas que somente possui tempo liberado das obrigações nesse período. Julgamos ser de extrema importância a revisão dessa ausência de programação aos fins de semana pelos gestores públicos municipais.

Em relação ao perfil dos usuários do equipamento, podemos dizer que existe um atendimento a públicos diversificados de acordo com dia da semana e horário ou período. Durante a semana, em horário comercial, a maior frequência é de crianças e adolescentes matriculados na escolinha de futebol e adultos e idosos, em sua maioria mulheres, que utilizam o salão para a ginástica. Nos dias de semana, à noite, o uso do campo é aberto à comunidade, que passa a ser frequentado comumente por adultos do sexo masculino, enquanto no salão as oficinas de ginástica e dança recebem adultos e idosos de ambos os sexos. Por fim, nos fins de semana, o uso acaba reduzindo-se a homens de diferentes idades, praticantes da modalidade de futebol.

Ainda assim, constatamos que uma parcela considerável dos participantes frequenta o espaço fora dos horários das oficinas, especialmente quando existem eventos ou ações promovidas pelo programa, tais como acontecimentos recreativos, gincanas, saraus etc. Já para as pessoas que declararam não frequentar o espaço fora dos horários das oficinas, a principal justificativa foi a falta de tempo.

Considerações finais

Perante os dados extraídos da pesquisa de campo, subsidiados pela discussão desenvolvida na pesquisa bibliográfica e documental, alguns aspectos merecem ser destacados e considerados. O primeiro deles corresponde à adesão dos participantes ao programa no município e, especificamente, no local estudado. Após a execução de três edições do PELC, com muitos dos participantes tendo vivenciado as três experiências, eles

reconheceram as diferenças entre o PELC e as demais ações promovidas na cidade.

Um ponto negativo, no entanto, reside na baixa capacidade de os entrevistados exporem conhecimento sobre os princípios e fundamentos do programa, especialmente demonstrando o entendimento de que o PELC é uma política pública promovida pelo ME em parceria com o município, tendo por objetivo, democratizar o acesso e a permanência ao lazer e o esporte recreativo.

Outro aspecto relevante que se apresenta na análise dos dados diz respeito à predominância da oferta de atividades vinculadas aos interesses físico-desportivos do lazer. Oficinas como ginástica, alongamento, caminhada e dança são muito frequentes, tanto no desenvolvimento do PELC quanto no de outros programas oferecidos no município. Urgente se faz pensar alternativas para desenvolver, dentro da perspectiva educacional do lazer, um repertório de atividades que supere a tendência natural de oferecer atividades físicas regulares.

Por fim, destacamos o reconhecimento, na fala dos entrevistados, dos aspectos específicos do PELC, tais como a oferta de atividades diferenciadas e eventos que possibilitam interação e integração de diferentes públicos em um mesmo equipamento. Tais ações deveriam ser potencializadas, especialmente nos fins de semana, quando o equipamento tem utilização reduzida pela comunidade.

Referências

- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
- BERNET, J. T. *Animação sociocultural: teorias, programas e âmbitos*. Lisboa: Horizontes pedagógicos; Editorial Ariel/Instituto Piaget, 2005.
- BRASIL. Presidência da República. Constituição da República Federativa do Brasil. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 28 mar. 2015.
- BRASIL. Ministério do Esporte. *Programa Esporte e Lazer da Cidade: diretrizes 2017*. Brasília, DF: Snelis, 2017.
- BRUYNE, P.; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. *Dinâmica da pesquisa em ciências sociais*. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1991.
- CAPÍ, A. H. C. *Uma análise sobre a trajetória e a formação de formadores do Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC)*. 2016. Tese (Doutorado

- em Estudos do Lazer) – Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.
- CASTELLANI FILHO, L. O projeto social Esporte e Lazer da Cidade: da elaboração conceitual a sua implementação. In: CASTELLANI FILHO, L. (org.). *Gestão pública e política de lazer: a formação de agentes sociais*. Campinas: Autores Associados, 2007. p. 1-15.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*, Brasília, DF, n. 21, p. 211-259, jun. 2000.
- GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- MAGNANI, J. G. C. *Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade*. 3. ed. São Paulo: Hucitec; UNESP, 2003.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e humanização*. Campinas: Papyrus, 1983.
- MARCELLINO, N. C. *Lazer e educação*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1987.
- MARCELLINO, N. C. *Pedagogia da animação*. Campinas: Papyrus, 1990.
- MARCELLINO, N. C. *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008.
- MELO, V. A. *Lazer e minorias sociais*. São Paulo: IBRASA, 2003.
- MENICUCCI, T. Políticas públicas de lazer: questões analíticas e desafios políticos. In: ISAYAMA, H. F.; LINHALES, M. A. (org.). *Sobre lazer e política: maneiras de ver, maneiras de fazer*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- PINTO, L. M. S. M. Políticas públicas de lazer no Brasil: uma história a contar. In: MARCELLINO, N. C. (org.). *Políticas públicas de lazer*. Campinas: Alínea, 2008. p. 79-95.
- RUAS, M. G. *Políticas públicas*. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; Brasília, DF: CAPES: UAB, 2014.
- SECCO, E. B.; STOPPA, E. A. A formação profissional de agentes sociais de esporte e lazer: considerações iniciais sobre o processo de formação do PELC no Jardim Lavínia, em São Bernardo do Campo. *Revista Brasileira de Estudos do Lazer*, Belo Horizonte, v. 4, p. 3-21, 2017.
- SERAFIM, M. P.; DIAS, R. B. Análise política: uma revisão de literatura. *Cadernos Gestão Social*, Salvador, v. 3, n. 1, p. 121-134, jan./jun. 2012.
- SEVERINO, A. J. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. atual. São Paulo: Cortez, 2007.
- STOPPA, E. A. (coord.). *Gestão de esporte e lazer: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo*. São Paulo: Plêiade, 2011.
- TRIVIÑOS, A. N. S. *Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação*. São Paulo: Atlas, 1987.